



Câmara Municipal de Santana do Itararé-Pr

Rua Vereador Virgílio de Sene, 38, Bairro Portal dos Ipês – Fone (043) 3526-1302
Santana do Itararé – Paraná

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº: 021/2017

ASSUNTO: “Proibição concessão alvará para exploração do solo”

AUTORIA: Executivo e Legislativo

RELATOR: Carlos Alberto de Oliveira

PARECER Nº. 003/2017

EMENTA: Análise ao projeto de lei nº. 021/2017 que dispõe sobre a proibição de concessão de alvará e/ou licença para o uso e ocupação do solo com a finalidade de exploração de gases e óleos não convencionais pelos métodos de fraturamento hidráulico – *fracking*, no Município de Santana do Itararé – Pr., e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL**

I – DA SESSÃO

As 10h00min horas do dia 19 do mês de junho do ano de dois mil e dezessete (19/06/2017), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Santana do Itararé - Estado do Paraná, reuniram-se os membros da Comissão de Legislação Justiça e Redação - CLJR, eleita para biênio de 2017/2018, a saber, os senhores: Marcos Vinícius Rangel Torres - Presidente, Carlos Alberto de Oliveira - Relator e Acácio da Cunha - Membro; O exame e emissão de parecer em projetos de Lei é uma exigência do Regimento Interno da Casa, especificamente em seu art. 31, 51 e seguintes, onde tratam exclusivamente sobre a matéria; Dando início aos trabalhos a comissão fez uma análise minuciosa ao Projeto, e após análise, emitiu as seguintes considerações:



Câmara Municipal de Santana do Itararé-Pr

Rua Vereador Virgílio de Sene, 38, Bairro Portal dos Ipês – Fone (043) 3526-1302
Santana do Itararé – Paraná

II - DO RELATÓRIO

Repassado à comissão o Projeto de Lei n. 021/2017 de autoria conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo, que tem por objetivo proibir a exploração do solo urbano para retirada de gases e óleos não convencionais, em especial o gás de xisto.

A medida é a se implementada no âmbito do território municipal, diretamente na concessão de alvará, outorga ou licença, expedientes de cunho meramente administrativos.

A justificativa do projeto pauta-se na argumentação do direito à vida, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, direitos fundamentais esculpidos na Constituição Federal, Constituição Estadual do Paraná e Leis correlatas, além, é claro do dever de preservação ambiental.

A proposição foi apresentada em sessão plenária do dia 12/06/2017 e distribuída à apreciação desta comissão para análise e emissão de parecer.

II – DA ANÁLISE

A competência desta Comissão para apreciar a matéria sob análise encontra respaldo no art. 53 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e está voltada a legalidade e constitucionalidade dos projetos em estudo.

O projeto sob análise está voltado precipuamente à proteção ambiental, visa coibir o uso do solo de forma inadequada e ao enriquecimento a qualquer custo, sobrepondo o interesse coletivo aos interesses particulares, dentre eles os de grandes empresas mineradoras, exploradoras de recursos naturais.

É fato, que a exploração de qualquer recurso natural, por mais tecnológica que seja, causa danos ao meio ambiente, ainda mais em se tratando de recursos não regenerativos.



Câmara Municipal de Santana do Itararé-Pr

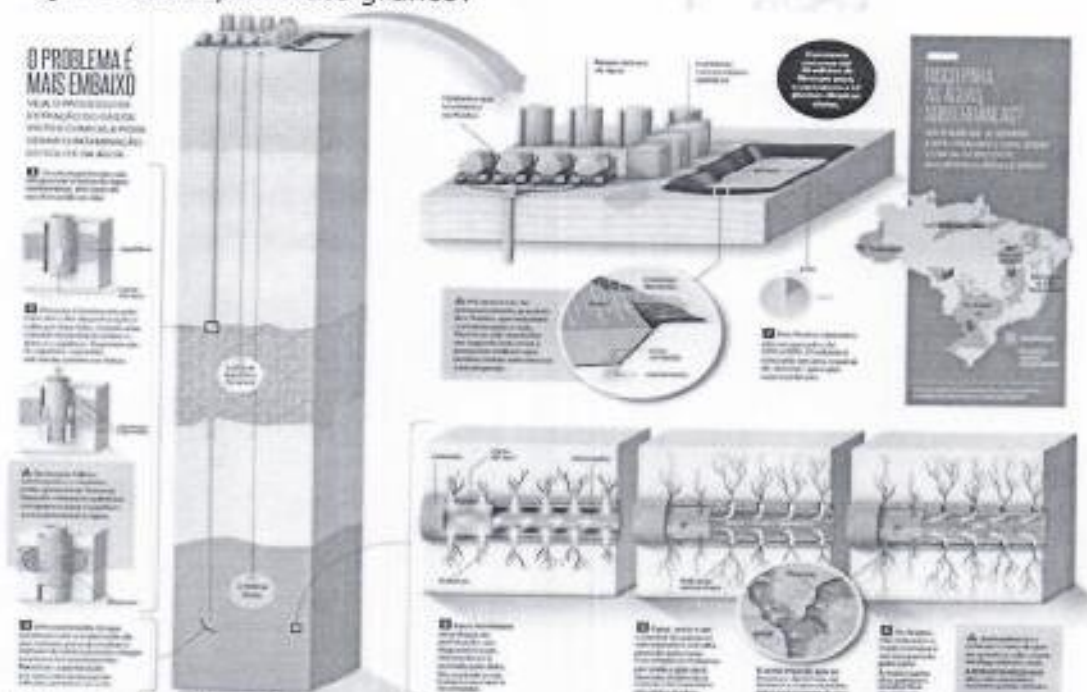
Rua Vereador Virgílio de Sene, 38, Bairro Portal dos Ipês – Fone (043) 3526-1302

Santana do Itararé – Paraná

Busca-se, portanto, à proteção específica do solo na exploração de gases e óleos não convencionais, tais como gás de xisto, *shale* gás, *tight oil*, gás metano carbonífero, dentre outros. O gás de xisto é, basicamente, metano preso numa camada profunda de rochas.

O problema, ponto central da proteção, está na forma de extração, já que as empresas lançam mão de um método danoso, chamado de fraturamento hidráulico (*fracking*), que usa muita água, produtos químicos e detonações subterrâneas, o que danifica diretamente ao solo e o lençol freático, poluindo principalmente as fontes subterrâneas pelo “metano”, e por vários produtos químicos usados no processo, muitos desses químicos com consequências irreversíveis à saúde humana.

Veja-se exemplo neste gráfico:



O toxicologista Glenn Miller, da Universidade de Nevada, afirma que existem substâncias causadoras de câncer nessa mistura, como benzeno e acrilamida. "Estamos lutando contra os segredos desses químicos. Existe uma lista com mais de 300 [substâncias] e algumas são muito tóxicas, mesmo diluídas em água", diz Amy Mall.

(<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common>)



Câmara Municipal de Santana do Itararé-Pr

Rua Vereador Virgílio de Sene, 38, Bairro Portal dos Ipês – Fone (043) 3526-1302
Santana do Itararé – Paraná

Ressalte-se, que nosso Município tem sua economia voltada à produção agrícola, a principal fonte de renda da população se concentra no campo, em especial o pequeno produtor rural em regime de agricultura familiar, um seguimento que tem recebido apolo especial por parte dos Governos Federal e Estadual dada a importância e atenção que realmente merece.

Portanto, além de estarmos preservando a saúde, como dito acima, estaremos preservando também o solo, o que significa preservar o futuro dos cidadãos santanenses.

Ante o exposto, o projeto tem enorme importância para o Município, consequentemente, ao País e aos Estados, pelo que seu mérito é indiscutível.

Quanto a competência para legislar sobre a matéria, há de considerar a competência comum do Município, União e Estados, em legislar sobre proteção ambiental (art. 23, VI, VII da CF), e mais, a competência Municipal está explícita na Constituição Federal e Estadual do Paraná, que incumbem o ente a tarefa de executar a Política de Desenvolvimento Urbano, através de leis ordinárias ordenando o desenvolvimento das funções da cidade e garantindo o bem estar dos seus habitantes. (art. 182 CPR)

Poderia se questionar acerca da titularidade/propriedade dos recursos naturais, porém, a concessão de alvarás, licenças, outorgas ou licenças são atos exclusivos do Município, afeto às suas atribuições legais, de tal modo que ao gestor cabe a conveniência em concedê-las e aos vereadores a legalidade de permiti-las ou proibi-las, de acordo com o interesse local a bem do Município.

Quanto ao exame da técnica legislativa, o texto foi bem redigido, parágrafos coerentes ao tema e os artigos bem distribuídos, portanto, a proposição atende ao disposto na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração das normas legais.



Câmara Municipal de Santana do Itararé-Pr

Rua Vereador Virgílio de Sene, 38, Bairro Portal dos Ipês – Fone (043) 3526-1302
Santana do Itararé – Paraná

Em se tratando da Constitucionalidade da proposição não encontramos dispositivos que contrariem nossa lei maior, nem óbices à sua aprovação, pelo contrário, a legislação federal corrobora o projeto num todo.

Importante destacar, que o projeto não prevê gastos Município, assim como não há renúncia de receitas, o que viabiliza o projeto e dá juridicidade a medida proposta.

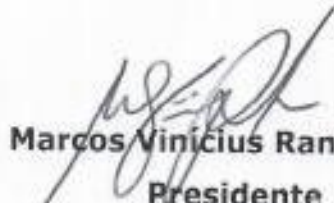
Assim, o relator conclui pela aprovação do projeto.


III – DO VOTO


Considerando que o Projeto de Lei atende às formalidades legais para sua propositura, uma vez que a competência desta comissão está adstrita às considerações emitidas neste parecer, segue o posicionamento e encaminha ao Soberano Plenário para votação.

Ante o exposto, a comissão de Justiça e Redação, sem divergência de seus membros, acompanhando o voto do relator, apresenta parecer FAVORÁVEL ao projeto de lei em questão.

Salas das sessões da Câmara Municipal de Santana do Itararé, 19 de junho de 2017.


Marcos Vinicius Rangel Torres
Presidente


Carlos Alberto de Oliveira
Relator


Acácio da Cunha
Membro